
A AMÉRICA LATINA NA DÉCADA DE 90

Helio Jaguaribe

A AMÉRICA LATINA NA DÉCADA DE 90 (*)

Características actuais

A América Latina se caracteriza, actualmente, como se verifica, de um modo geral, no Terceiro Mundo, pela crescente diferenciação dos países que a integram. Enquanto, nos anos 40, a região apresentava importantes características comuns, não somente no plano cultural e na comum condição neo-ibérica mas também, no económico, as décadas subsequentes foram acentuando, marcadamente, as diferenças.

Presentemente cabe distinguir, na América Latina, cinco grupos de países: (1) os países da América Central e do Caribe, (2) o caso particular do México, (3) os países de avançada industrialização da América do Sul: Brasil e Argentina, (4) os países sul-americanos de desenvolvimento médio: Venezuela, Colombia, Chile e Uruguai e (5) os países sul-americanos de menor desenvolvimento, compreendendo os demais.

Pode-se observar, no precedente esquema tipológico, a importância de que veio a se revestir a diferenciação entre os países ao Norte e ao Sul do mar das Caraíbas, motivada pelo extraordinário peso gravitacional dos Estados Unidos. O México, com estruturas sociais semelhantes às do Brasil, se constitui em um caso particular em virtude de sua vinculação geoeconómica e geopolítica com os Estados Unidos. Por sua vez, os países centro-americanos e caribenhos, ainda que ostentando uma estrutura social própria, que tenderia a deles fazer um subgrupo específico, encontram, no seu relacionamento com os Estados Unidos, um decisivo condicionamento da sua realidade nacional.

Os países da América Central e do Caribe trouxeram, de seu passado, uma dupla problemática: a de superar os problemas de viabilidade nacional, decorrentes de suas diminutas dimensões e, com a notória excepção de

(*) Conferência para o Instituto da Defesa Nacional de Portugal, Março, 1990.

Costa Rica, a de superar a dominação de oligarquias obsoletas, cada vez mais vinculadas a dirigentes militares com características sicárias. O primeiro problema foi apropriadamente equacionado — embora não adequadamente implementado — através dos intentos de integração subregional, como o Mercado Comum Centro Americano. O segundo problema não logrou, até recentemente, um conveniente encaminhamento, por causa da aliança entre as oligarquias locais e poderosos sectores económicos dos Estados Unidos. Isto não obstante, os recentes acontecimentos na Nicarágua, com a eleição da Sra. Chamorro e a derrota dos sandinistas, tenderão a gerar uma nova orientação política na subregião, abrindo espaço para uma democracia de classe média, com o apoio — e não mais a hostilidade — dos Estados Unidos.

Dentro de condições distintas, em função de sua ampla população, complexa estrutura económica e social e do particular encaminhamento político decorrente da revolução de 1911, a situação geoeconómica do México tem exercido e continua exercendo, cada vez mais, decisiva influência sobre o país. A necessidade de preservar o controlo nacional sobre a própria economia, ante as poderosíssimas pressões da economia americana, ademais de condições decorrentes da revolução mexicana, conduziram à montagem de uma gigantesca burocracia estatal. O regime mexicano gerou um acelerado desenvolvimento económico, de fins da década de 30 à de 70. A contrapartida desse sistema, entretanto, ademais do estímulo à corrupção, veio a ser a de crescente taxa de ineficiência, com a estagnação do crescimento e da modernização do país. O actual Governo Salinas se empenha em corrigir esses problemas através de uma ampla liberalização do sistema, estando alcançando promissores êxitos.

No quadro sul-americano, menos imediatamente exposto ao imenso peso gravitacional dos Estados Unidos, o modelo de desenvolvimento por substituição de importações, basicamente seguido pelos países da área nas três décadas subsequentes à segunda guerra mundial, gerou efeitos muito diferenciados. Países como o Brasil, e, em menor grau, a Argentina, lograram um avançado nível de industrialização. Os países de dimensões médias tiveram resultados mais modestos. Menores, ainda, os resultados obtidos pelos países pequenos. Acrescente-se que, mesmo em relação aos países de grandes dimensões, o modelo de substituição de importações esgotou suas potencialidades, a partir do momento, no trânsito da década 70 para a de 80, em que estas chegaram a um nível praticamente incompressível.

Os dois choques do petróleo, em 1973 e 1979 e, conexo com os mesmos, a acumulação de imensa dívida externa, deterioraram, profundamente, a economia dos países latino-americanos não exportadores de óleo, terminando por afectar também a estes. Complexos problemas políticos, vinculados às vicissitudes históricas do peronismo e do antiperonismo, na Argentina e, no caso do Brasil, ao dualismo estrutural da sociedade brasileira, se entrelaçam com as dificuldades económicas, gerando, no curso da década de 1980, um prolongado processo de inflação e de estancamento.

O quadro latino-americano, no curso da presente década, é de crise generalizada e de estagnação. Mesmo países de dimensões semicontinentais e importante nível relativo de desenvolvimento, como o Brasil, se defrontam com gravíssimos impasses económicos, em condições sociais de altíssima tensão e, decorrentemente, com sérias dificuldades políticas. Por outro lado, a óbvia necessidade de expansão de mercados não pode mais ser atendida através da antiga aspiração à integração económica da América Latina. Os países latino-americanos se tornaram demasiadamente diferenciados para que seja possível, num futuro previsível, uma integração regional. Mesmo no âmbito mais restrito e menos heterogéneo da ALADI, não é viável, presentemente, para o conjunto dos países integrantes, cogitar-se de formas integrativas muito mais estreitas do que as actuais.

Modelos de desenvolvimento

A crise dos países latino-americanos suscitou, entre outras razões, crescente atenção, por parte dos estudiosos, à comparação entre os modelos de desenvolvimento económico adoptados, na segunda metade do século, por países do Terceiro Mundo que lograram manter significativas taxas de crescimento económico. De um lado se encontra um grupo de países latino-americanos, liderados pelo Brasil, que seguiram o modelo cepalino de substituição de importações. De outro lado um grupo de países de recente industrialização do sudoeste asiático, liderados pela Coreia do Sul, que se orientaram na direcção da maximização de exportações.

Segundo essa nova aproximação, a longa estagnação da América Latina, na década de 80, seria devida ao esgotamento do modelo de substituição de importações, depois de atingidos determinadas margens de substituição,

enquanto o êxito dos asiáticos, nessa mesma década, decorria das amplas possibilidades oferecidas pelo modelo exportador.

Nos quadros I e II deste estudo apresentam-se, segundo o último relatório do Banco Mundial, de 1989, os principais dados relativos a seis países do Sudoeste asiático e seis latino-americanos, do grupo da ALADI. Esses dados indicam, indiscutivelmente, que o crescimento do PIB per capita dos asiáticos foi, com exceção dos casos do Brasil e do México, significativamente superior ao dos latino-americanos. Enquanto, para o período 1965-87, os asiáticos tendem a taxas anuais médias de crescimento da ordem de 8,1 por cento, os latino-americanos (excepto Brasil, com a taxa de 9 por cento e México, de 6,5 por cento) se situam em torno de 4,5 por cento. No período 1980-87 a vantagem dos asiáticos se acentua fortemente. Os latino-americanos mergulham em longo processo de estagnação, com crescimentos anuais médios da ordem de apenas 0,57 por cento, enquanto os asiáticos mantêm uma taxa média da ordem de 4,9 por cento.

A avaliação das possíveis vantagens comparativas do modelo exportador deve ser matizada, entretanto, por diversas relevantes considerações. Algumas, de carácter puramente económico, têm a ver com o facto de que as economias asiáticas foram capazes de preservar a estabilidade básica de suas moedas, mantendo taxas inflacionárias anuais médias da ordem de 9,8 por cento no período de 1965-80 e de apenas 5,6 por cento no período 1980-87. Diversamente, as economias latino-americanas tiveram altas taxas de inflação, da ordem de 52,4 por cento, no período de 1965-80 e elevadíssimas taxas, da ordem de 103,3 por cento, no período de 1980-87. Essas taxas inflacionárias acusam manifesta correlação com o endividamento externo. Este, medido em termo da relação entre dívida e PIB, apresenta elevadíssimas taxas médias, da ordem de 64 por cento, para os latino-americanos, contra apenas 26 por cento para os asiáticos.

Outras considerações a serem levadas em conta, ademais das de carácter cultural, são de ordem político institucional, acusando mais estabilidade para os asiáticos, bem como de ordem educacional, também favorecendo estes últimos. São particularmente chocantes as relações entre desenvolvimento económico e desenvolvimento educacional nos casos, por um lado, da Coreia do Sul, campeã asiática de crescimento económico e, por outro, dos dois grandes latino-americanos, Brasil e México. A Coreia, para um PIB de US\$ 121 bilhões, per capita de US\$ 2 690, tem uma taxa de escolaridade

secundária, para a população da correspondente faixa etária, da ordem de 95 por cento. O Brasil, para um PIB de US\$ 299 bilhões, por capita de US\$ 2 020, tem uma taxa de escolaridade secundária de 36 por cento e o México, para um PIB de US\$ 142 bilhões, per capita de US\$ 1 830, tem uma escolaridade secundária de 55 por cento.

O desafio internacional

Dentro das condições precedentemente indicadas, os países latino-americanos se encaminham no sentido de uma franca deterioração de sua posição relativa — quando não, em alguns casos, da absoluta — no cenário internacional. Essa deterioração afecta, para todos, externamente, sua capacidade de negociação e, internamente, sua capacidade de modernização e de desenvolvimento.

O que empresta particular gravidade à presente crise dos países latino-americanos é o facto de essa crise os imobilizar, tanto doméstica quanto internacionalmente, no momento em que se estão produzindo, aceleradamente, mudanças relevantes no cenário internacional. Tais mudanças apresentam quatro principais aspectos:

(1) drástica redução das tensões Leste-Oeste, com as profundas reformas de Gorbachev e a descomunização da Europa do Leste e da própria União Soviética;

(2) mudanças na importância relativa dos factores de predomínio mundial, transferindo-se a tónica da influência do plano político-militar para o económico-tecnológico;

(3) modificação na relevância dos factores de produção, com a degradação da importância das matérias primas e da mão-de-obra barata e crescente relevância dos factores tecnológico e gerencial;

(4) formação de grandes sistemas produtivos, compreendendo os Estados Unidos com o Canadá, o Japão com os NICs asiáticos e a Comunidade Europeia, a ser proximamente enriquecida com a reunificação das duas Alemanhas, contrastando com a marginalização económica do restante do mundo.

Confrontados com tais desafios, os países latino-americanos, para evitar que se consolide sua marginalidade, dispõem de um prazo extremamente curto

QUADRO I

6 PAÍSES ASIATICOS DE RECENTE INDUSTRIALIZAÇÃO

1987

<i>Itens</i>	<i>Filipinas</i>	<i>Hong-Kong</i>	<i>Malásia</i>	<i>Singapura</i>	<i>Coreia do Sul</i>	<i>Tailândia</i>	<i>Médias</i>
População (Milhões)	58,4	5,6	16,5	2,6	42,1	53,6	—
PIB \$ Milhões	34.580	36.530	31.230	19.900	121.310	48.200	(30,5)
PIB Per Capita - GDP P.C	590	8.070	1.810	7.940	2.690	850	—
PIB Cresc. Anual %							
1965-80	5,9	8,6	7,4	10,1	9,5	7,2	(8,1)
1980-87	— 0,5	5,8	4,5	5,4	8,6	5,6	(4,9)
% INV./PIB	15	36	23	39	29	26	(28)
% IND./PIB	33	29	—	38	43	35	—
% AGRIC./PIB	24	0	—	1	11	16	—
EX. FOB - \$ Milhões	5.649	48.475	17.865	28.592	47.172	11.659	—

IMP. CIF - \$ Milhões	7.144	48.462	12.506	32.480	40.934	12.955	—
Div. de Longo Prazo - \$ Milhões	23.837	—	21.675	4.186	30.644	17.131	—
Total Juros - \$ milhões	1.497	—	1.467	305	2.375	1.057	—
% Div./GDP	69,4	—	74,3	20,4	25,8	36,2	(26,6)
% Serv./Exp.	25,7	—	20,0	2,4	27,5	20,6	—
Inflação média anual 1965-80	11,7	8,1	8,9	4,9	18,8	6,3	(9,8)
1980-87	16,7	6,7	1,1	1,3	5,0	2,3	(5,6)
Educ. Sec. % Grupo Etário (1986)	46	69	54	71	95	29	(60,6)

Fonte: «World Development Report», 1989.

OBS.: Números entre parênteses são ordens de grandeza de média para o conjunto de países.

QUADRO II
PAÍSES LATINO-AMERICANOS

1987

<i>Itens</i>	<i>Argentina</i>	<i>Brasil</i>	<i>Chile</i>	<i>México</i>	<i>Uruguai</i>	<i>Venezuela</i>	<i>Médias</i>
População (Milhões)	31,1	141,4	12,5	81,9	3,0	18,3	—
PIB \$ - Milhões	71.550	259.230	18.950	141.940	6.420	49.610	(587,5)
PIB Per Capita	2.390	2.020	1.550	1.830	2.190	3.230	—
PIB Cresc. Anual %							
1965-80	3,5	9,0	1,9	6,5	2,4	3,7	(4,5)
1980-87	— 0,5	3,3	1,0	0,5	— 1,3	0,2	(0,57)
Invest./PIB	10	20	17	15	9	24	—
% Ind./PIB	43	38	—	34	32	38	—
% Agric./PIB	13	11	—	9	13	6	—
EXP. FOB - \$ Milhões	6.360	26.225	5.09	20.887	1.190	10.567	—

Imp. CIF - \$ Milhões	5.818	16.581	4.023	12.735	1.140	8.725	—
Dív. de Longo Prazo - \$ Milhões	50.309	106.087	18.002	96.919	3.192	32.749	—
Total Juros - \$ Milhões	3.775	5.834	1.420	7.091	273	2.518	—
% Dív./PIB	65,5	33,7	103,6	69,6	44,2	67,8	(64,1)
% Serv./EXP.	52,0	33,2	26,4	38,4	25,7	32,4	—
Inflação Média anual 1965-80	78,2	31,3	129,9	13,0	57,8	10,4	(52,4)
1980-87	298,7	166,5	20,6	68,9	54,5	11,4	(103,3)
Educ. Sec. % Grupo Etário (1986)	74	36	70	55	71	41	—

Fonte: «World Development Report», 1989.

OBS.: Números entre parênteses são ordens de grandeza de média para o conjunto de países.

para superar suas crises internas, reorientar sua estratégia de crescimento e adoptar medidas que superem seu isolamento internacional. Dada a extrema diversidade dos países da região, é evidente que não poderão ser os mesmos os objectivos específicos que lhes convenha perseguir. Pode-se, entretanto, identificar certos requisitos básicos que terão de ser atendidos por tais países, dentro de modalidades diferenciadas pelas características de cada qual.

Tais requisitos — atendida a necessária condição prévia de recuperação da estabilidade da respectiva moeda — são, no fundamental, os quatro seguintes:

(1) requisitos de integração nacional, que conduzam à formação, social e territorialmente, de uma maioria da população estavelmente comprometida com os interesses gerais do país;

(2) requisitos de operacionalidade pública, que conduzam, institucional e funcionalmente, à viabilização operacional do Estado, afectado, em quase todos esses países, por défices orçamentários fortemente inflacionários e por terrível ineficiência burocrática, sustentada por um consolidado corporativismo do sector público;

(3) requisitos de dinamização do crescimento económico, estagnado pela combinação das deficiências do sector público com o esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações;

(4) requisitos de apoio internacional, que rompa o isolamento dos países da região, mediante concertações intra-latino-americanas e outras articulações internacionais.

Esse elenco de requisitos — e a sua necessária condição prévia — cujo atendimento, obviamente, não é nada fácil e tenderá a não poder ser exitosamente alcançado por diversos países, apresenta modalidades muito diferentes, como já foi referido, conforme as condições de cada país. Para os países da América Central, a integração nacional consiste, fundamentalmente, na abertura de uma nova via democrática, que supere a polaridade oligarquia-guerrilha e abra espaço para uma democracia de classe média, dotada de condições de governabilidade. Para países como o Brasil e o México, a integração nacional — tendo como requisito prévio o controlo da inflação — consiste na pronta execução de um amplo programa de desenvolvimento social, que incorpore as grandes massas, aceleradamente, a níveis superiores de vida, de capacitação e de participação.

Por outro lado, a viabilização do Estado requer, de parte de tais países, um grande esforço de reforma estrutural e operacional do sector público. Para os países desenvolvidos da região, o que está urgentemente em jogo é uma dupla reforma, fiscal e administrativa. Reformas que elevem, razoavelmente, a tributação bruta e, significativamente, a líquida e que imprimam funcionalidade e controlabilidade ao sector público.

Amplia-se, ainda mais, o leque das modalidades apropriadas a cada país, no que concerne à retomada do crescimento económico, com adopção de um novo modelo de desenvolvimento. De um modo geral, o protecționismo económico latino-americano, depois de haver produzido, em muitos casos — como ocorreu, notadamente, com o Brasil — excelentes resultados, entrou em regime de rendimentos decrescentes ou mesmo negativos. Isto porque, de uma ou de outra forma, os sistemas produtivos da região ficaram, com poucas excepções, fortemente cartorializados, gerando, concomitantemente, um poderoso corporativismo no âmbito interno das grandes empresas públicas. Esse mesmo protecționismo, por outro lado, está suscitando crescentemente, a obsolência tecnológica da indústria latino-americana, dificultando sua competitividade internacional.

A dinamização do crescimento económico é uma tarefa imperiosa e urgente, mas, certamente, de delicada execução. Dentro da usual pendularidade da opinião pública, a crítica ao protecționismo frequentemente leva a insensatos exageros de abertura internacional — como no caso de Martinez de Hoz, na Argentina — que conduziram ao rápido sucamento de amplos sectores produtivos. O de que se trata, na verdade, é de estabelecer uma inversão de expectativas, tornando claro, para o sector produtivo, que exigências de competitividade internacional serão, de um modo geral, crescentes. Mas se adoptado, na implementação dessa política, um prudente gradualismo e a complementar aplicação de medidas que assegurem a modernização do sector produtivo, em vez de sua destruição.

Importa, a esse respeito, assinalar, particularmente no caso dos países de maior desenvolvimento relativo, a profunda diferença que apresenta a defesa do interesse nacional, quando se compare com as actuais as condições dos anos 40 a 50. Há algumas décadas, a nacionalização de certos sectores estratégicos, frequentemente mediante a criação de monopólios estatais, constituía, na prática, a única forma viável de criar capacidade produtiva em tais sectores e de se ajustar a orientação empresarial desses sectores ao

interesse nacional. Nas presentes condições, os países desenvolvidos da região dispõem de capacidade suficiente para um adequado controle e supervisão de sua economia. A restritiva atribuição, a monopólios públicos, ou mesmo a empresas exclusivamente nacionais, do exercício de certas actividades, tornou-se, frequentemente, contraproducente, por reduzir, contra o interesse nacional a capacidade de crescimento e de uma organização de tais sectores. O que aumentou, decisivamente, de importância, é o aprimoramento da capacidade e da idoneidade dos instrumentos de supervisão pública, inclusive no que se refere à abrangência, em nível de laboratório, de sua área de competência científico-tecnológica.

Finalmente, no que se refere aos requisitos de apoio internacional, a América Latina não pode mais se perder no utopismo e na retórica. O utopismo de se proceder, num futuro não remoto, a uma integração global, regional ou mesmo sub-regional. E a retórica das declarações de princípio e de enunciação de supostas directrizes comuns de política, destituídas de qualquer credibilidade operacional. A integração, sobretudo em termos sub-regionais, continua um desiderato válido, no longo prazo. A curto e médio prazos, a problemática internacional da América Latina é distinta. Ela aponta por um lado, na direcção de certos esquemas possíveis de concertação (como no caso Argentina-Brasil) e, por outro, a novas modalidades de inserção no mercado internacional.

Concertação na América Latina

É extremamente amplo, na América Latina, o âmbito de possibilidades para o ajuste de concertações, notadamente de carácter económico. Sem prejuízo de outras modalidades, o regime de concertações operacionais proporciona aos pequenos países, como no caso da América Central e do Caribe, a possibilidade de constituírem, de forma eficiente e rentável, empresas multinacionais que superem, por suas características, as limitações de seus respectivos mercados domésticos. Os transportes aéreos e marítimos são sectores tipicamente favoráveis para tais concertações. As concertações operacionais entre países de maior dimensão oferecem possibilidades ainda mais amplas. A trinacional Latinequip, para a comercialização de bens de capital da América Latina, criada em 1986, por iniciativa minha, pela actuação conjunta de Nacional Financeira, do México, do Banco do Estado de São

Paulo, do Brasil e do Banco da Província de Buenos Aires, da Argentina, é um exemplo, extremamente exitoso, de tais possibilidades. Em fins de 1989 Latinequip tinha, em carteira, operações no valor da ordem de um bilião de dólares, a maior parte das quais com elevada probabilidade de execução.

Ademais de ajustes especificamente operacionais, entretanto, são da mais alta relevância, para a América Latina, as concertações de carácter mais global, que estabeleçam mecanismos de mercado comum entre países com características complementares, dentro de um regime que mantenha entre os mesmos relações razoavelmente equilibradas. Um decisivo passo, nesse sentido, foi dado pelo acordo de integração económica entre o Brasil e a Argentina, firmado em Buenos Aires, em 1986, ao qual, posteriormente, se incorporou o Uruguai, e convertido, em 1989, em tratado de integração.

O acordo de Buenos Aires, complementado por actos posteriores, tem o mérito de ser abrangente, operacional, realista e dinamicamente equilibrado. Os doze protocolos do documento original já cobrem uma ampla gama de sectores, desde o comércio, em geral, e correspondentes ajustes financeiros, a diversos sectores de elevada tecnologia, incluindo o conjunto dos bens de capital e actividades de ponta, como a energia nuclear, a indústria aeronáutica, a biotecnologia, entre outras. Por outro lado, é um acordo operacional e realista. Não se trata de definição de princípios, mas de metas claramente determinadas, em termos de intercâmbio ou de «joint ventures». Metas realisticamente concebidas, cujo alcance corresponde, efectivamente, às possibilidades e ao interesses dos signatários. Acrescente-se, finalmente, que o acordo foi concebido para manter um equilíbrio dinâmico nas relações entre os dois países, orientado para estimular seu desenvolvimento tecnológico e lhe assegurando, concomitantemente, medidas correctivas para evitar que seus benefícios sejam inequitativamente repartidos.

O mecanismo das concertações oferece, para alguns países latino-americanos, imediatas e significativas possibilidades para reduzirem seus isolamento internacional e as limitações que experimentam, por restrições de seus mercados domésticos, ou de seus recursos económicos e humanos. Se a integração, em nível regional e, sobretudo, sub-regional, mantém sua validade como objectivo de longo prazo, as concertações proporcionam instrumentos utilizáveis a relativamente curto prazo e aptos a produzir, a médio prazo, resultados extremamente importantes.

Estudos presentemente em curso, no Instituto de Estudos Políticos e Sociais, indicam, relativamente a um selectivo grupo de países da ALADI — Argentina, Brasil, México, Uruguai e Venezuela — a possibilidade de elevar, por um coeficiente de 500 por cento, num prazo da ordem de cinco anos, seu volume de intercâmbio, sem prejuízo de suas exportações para a área do dólar. A recém-consumada restauração da democracia no Chile abre, a curto prazo, a possibilidade de incorporação desse país ao precedente grupo de concertação, ampliando ainda mais suas possibilidades.

Nova inserção internacional

A discussão opondo, ao modelo de substituição de importações da América Latina, o modelo exportador asiático, é frequentemente simplista. Os mais exitosos países asiáticos, como a Coreia, que sejam, ademais, nações de amplas proporções e não simples entrepostos mercantis, como Hong-Kong e Singapura, lograram realizar uma exitosa política de exportações porque, previamente, acumularam a necessária capacidade produtiva, mediante a correspondente substituição de importações. Por outro lado, os mais bem sucedidos países latino-americanos, como o Brasil, estão, de há muito, empenhados em activa política exportadora. O Brasil, 10.º PIB do mundo, foi em 1987 o 17.º exportador e o 3.º maior superavit comercial.

Importa levar em conta, adicionalmente, o facto de que a relação entre exportação e PIB é necessariamente diferente; para países de pequena população, relativamente aos de grande. Cidades-estado, como Hong Kong e Singapura, logram taxas extraordinárias de exportação, relativamente ao respectivo PIB, que são da ordem de 138 por cento, para a primeira e de 143 por cento para a segunda. Já um país semicontinental, como os Estados Unidos, com um PIB de mais de US\$ 4 497 biliões, em 1987, apresenta, no mesmo ano, exportações da ordem de US\$ 252,6 biliões, que representam menos de 6 por cento do respectivo PIB. O Brasil, outro país semicontinental, com um PIB, no referido ano, de US\$ 299,2 biliões e exportações de US\$ 26,2 biliões, apresenta uma taxa de exportações para o PIB da ordem de 9 por cento.

Descontado o simplismo de certas modalidades de oposição do modelo exportador asiático ao latino-americano de substituição de importações, subsiste, relativamente a estes últimos países, o facto de que suas economias

se tornaram excessivamente fechadas para as presentes condições económicas do mundo. Alguns países latino-americanos, como Chile e Argentina, já ensaiaram, há algum tempo, uma política de liberalização comercial, que foi plenamente exitosa, no caso do primeiro e não bem sucedida, no do segundo. O México de Carlos Salinas está consolidando, como sucesso, sua política de abertura. O novo presidente do Brasil, Fernando Collor, cujo governo se inicia em 15 de Março de 1990, comprometeu-se, igualmente, com uma política de abertura.

Eliminando da questão a forte carga ideológica, pró ou contra abertura, que frequentemente a obscurece, o problema efectivamente em jogo consiste na prudente determinação do nível de abertura suficiente para incentivar a competitividade internacional da economia do país, sem estrangular, domesticamente, sectores produtivos de que o país necessite, por motivos relevantes. É amplamente consensual o reconhecimento de que um dos critérios para se alcançar, prudentemente, esse nível desejável, é o de se proceder com gradualidade no processo de abertura internacional, preservando-se, concomitantemente, taxas realistas de câmbio, que não distorsam as relações de custo entre o produto doméstico e o importado.

Entre as múltiplas vantagens que decorrem, nas presentes condições da economia internacional, de um apropriado nível de abertura, destaca-se o facto de ser essa, na prática, uma condição indispensável para controlar os excessos do corporativismo, tanto no sector público como no privado e tanto em relação ao empresariado, como em relação aos profissionais de classe média e ao operariado. Economias extremamente fechadas, como a maioria das latino-americanas, são vítimas, concomitantemente, dos oligopólios empresariais, das associações de servidores públicos, que controlam as agências económicas do Estado, e dos sindicatos que dominam os serviços estratégicos: portos, transportes, energia, comunicações, sistema bancário. Enquanto, num país como a Holanda, os sindicatos portuários, conscientes de que seus interesses são solidários com a eficiência de seus portos, acompanham, de perto, os custos dos portos competitivos de outros países, para manter os holandeses em nível mais baixo, os sindicatos portuários latino-americanos, vivendo dentro de economias fechadas, pouco sensíveis à competição internacional, fizeram os portos latino-americanos figurarem entre os mais caros do mundo e os submeteram a um regime que inviabiliza os ganhos de produtividade que decorram de sua melhor mecanização.

O Brasil é um dos casos extremos de não abertura internacional da própria economia. Suas importações se reduzem a menos de 6 por cento do PIB. A quase total auto-suficiência do país se revela, sem dúvida, o alto nível de êxito obtido por sua política de substituição de importações, respaldada por um generoso elenco de recursos naturais, conduziu, por outro lado, a crescentes margens de atrazo comparativo de seu sistema produtivo e de sua capacitação científico-tecnológica. E tornou o país extremamente vulnerável ao corporativismo empresarial de um sistema produtivo altamente oligopolístico, ao corporativismo de seus servidores públicos, operando num regime praticamente destituído de qualquer critério de responsabilidade e eficiência, bem como a um corporativismo sindical, que domina os serviços de interesse colectivo.

É certo, por outro lado, que o fechamento das economias latino-americanas, sem prejuízo de outros factores, é fortemente condicionado pelo peso do serviço da dívida externa e pela decorrente necessidade de formação de grandes superavits na balança de comércio. Enquanto, para os seis países asiáticos do quadro I, a dívida corresponde, em média, a algo como 26 por cento do respectivo PIB, para os seis países latino-americanos do quadro II essa dívida representa, em média, mais de 60 por cento do PIB. É indiscutível que uma profunda revisão da dívida, com substancial redução de seu estoque e das possíveis taxas de juros, constitui uma condição necessária para viabilizar a abertura internacional da economia de tais países.

O caso do Brasil

O Brasil é um dos países de mais alta viabilidade do mundo e, certamente, na América Latina, aquele que, já dispondo de mais elevado nível de desenvolvimento, também tem a maior capacidade endógena de crescimento e de modernização. São múltiplos e gravíssimos, por outro lado, os problemas com que presentemente se defronta o Brasil.

Como tive a oportunidade de analisar em recente livro («Alternativas do Brasil», Rio, José Olympio, 1989) o país enfrenta, concomitantemente, uma agudíssima crise conjuntural, com uma inflacção cuja taxa mensal de crescimento supera 80 por cento, uma gravíssima crise estrutural, em que sobressaem os problemas de seu dualismo social básico e da acelerada deterioração de seu sistema público e uma perversa crise organizacional, decor-

rente da formação de poderosos cartórios corporativistas nos três principais estratos sociais do país: empresariado, classe média, operariado.

Não é esta a oportunidade para uma análise do extraordinário contraste que se verifica entre a altíssima viabilidade básica do Brasil e sua não menos elevada margem de inviabilidade sociopolítica. O governo Collor, que ora se inicia, dispõem de um prazo dramaticamente curto para dominar a superinflação que assola o país, na iminência de se converter em uma explosiva hiperinflação. Esse mesmo governo terá, se lograr superar o tremendo obstáculo prévio da superinflação, de enfrentar, aceleradamente, os problemas estruturais e organizacionais da sociedade brasileira. Importantes e difíceis reformas sociais e político-institucionais são imprescindíveis para derrubar os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento do país e à instauração de uma equânime democracia social. Tais reformas, entretanto, são técnica e financeiramente viáveis e necessitam apenas, para se realizarem, de determinação política e de correspondente mobilização de apoio público. Se o governo Collor lograr executar essas reformas, depois de consolidada a estabilidade da moeda, o Brasil tenderá a ingressar no século XXI como uma das cinco ou seis principais economias do mundo, respaldada por uma moderna e equânime sociedade industrial. Na hipótese contrária, é inevitável a ocorrência de um longo período de caos e crise, com imprevisíveis consequências.

Entre as diversas políticas requeridas pelo desenvolvimento brasileiro — tão pronta seja debelada a superinflação que ora inviabiliza qualquer política pública — destaca-se a já mencionada necessidade de uma ampla, embora prudente e gradual, abertura internacional da economia do país.

Uma das vertentes dessa abertura aponta na direcção já referida, de uma selectiva concertação no âmbito dos países integrantes da ALADI. Uma outra vertente dessa abertura se encaminha para o mercado mundial, inclusive, notadamente, uma nova política de relacionamento com a Comunidade Europeia.

Estimaria, ao encerrar este sucinto estudo, assinalar o que considero os dois principais aspectos de uma nova política europeia, por parte do Brasil. Um desses aspectos se refere às relações de comércio e de cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e os países da Comunidade. Essas relações, vistas do lado latino-americano, se encontram, presentemente, sob a ameaça de severas restrições, decorrentes de formas directas e indirectas,

por parte da Comunidade, de protecção e de preferencialismos discriminatórios para a América Latina, a partir de 1993. É indispensável elucidar, com toda a objectividade, essa problemática e encaminhar opções não discriminatórias, por parte da Comunidade, respaldadas por medidas práticas que conduzam ao efectivo incremento do comércio e da cooperação científico-tecnológica.

O outro aspecto a salientar diz respeito à participação do Brasil no âmbito interno da Comunidade. Num mundo que pretenda — e necessita — combinar ampla liberdade económica com a formação de mega-mercados regionais, como o da Comunidade Europeia, importa preservar, em regime de reciprocidade, canais e condições de razoável acesso, para não membros da Comunidade, às actividades desta.

O Brasil pretende, dentro de uma escala compatível com seus recursos, ter crescente participação nas actividades da Comunidade. Por outro lado, por óbvias razões de afinidade, pretende, embora sem exclusivismos, eleger Portugal como seu principal canal de acesso e seu principal interlocutor na Comunidade. Esse projecto, como já referido, é comandado pelo princípio da reciprocidade e, portanto, do correspondente acesso da Comunidade em geral e de Portugal em particular, aos mercados brasileiro e latino-americano.

Sem dar a esta matéria, na conclusão do presente estudo, um desdobramento que ora seria inadequado, destacarei, apenas, como tive oportunidade de fazê-lo em estudos anteriores, submetidos a discussão, no ano passado, no Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, de Lisboa, que o projecto europeu do Brasil, em estreita articulação com Portugal, é concebido, em todos os seus aspectos — e como condição mesma de sua viabilidade — na perspectiva de um interesse equitativamente compartilhado. Inscreve-se esse projecto no quadro de um projecto mais amplo, que é o da reconstrução, no âmbito internacional e no europeu, de uma grande Comunidade Luso-Brasileira-Africana. Uma Comunidade que foi constituída, a partir do Renascimento, pela heróica gesta dos descobrimentos marítimos portugueses, que teve relevante papel mundial até o século XVIII e que encontrará, nesta virada do século, condições excepcionalmente favoráveis para se reestruturar e se tornar um dos importantes sistemas económico-culturais do século XXI.

Helio Jaguaribe

Professor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais
do Brasil